

Evidenciação dos custos das ações sociais das empresas listadas na carteira do ISE

Inajá Allane Santos Garcia (PPGCC UnB/UFPB/UFRN) - inajaallane@hotmail.com

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo (UFRN) - fabiana_bezerra@hotmail.com

Camila Catarine de Araujo Azevedo (PPGC UnB/UFPB/UFRN) - camilazevedo@gmail.com

Aneide Oliveira Araújo (UFRN) - aneide@ufrnet.br

Resumo:

O objetivo deste estudo foi analisar se as empresas que se declaram socialmente responsáveis divulgam as informações dos custos sociais e se há uma segregação desses custos em internos e externos pois, Carroll (1991) afirma que, as ações sociais podem ser classificadas de acordo com o foco a quem elas se destinam, podendo ser interna, externa ou cidadã. A metodologia adotada foi a análise de conteúdo dos relatórios das companhias. A amostra compreende as empresas de capital aberto que fizeram parte da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) desde 2005 até 2013. Pode-se verificar que, no geral, as empresas estão divulgando os custos relativos as ações sociais realizadas, porém não de maneira uniforme. Das dez empresas, foi possível identificar que apenas cinco apresentaram de forma segregada os custos sociais em internos e externos durante todo o período da análise. Quanto ao comportamento dos custos sociais internos, se apresentam em crescimento e com pouca oscilação dos valores. Enquanto que, os valores dos custos externos apresentaram muitas oscilações, e de 2012 para 2013 observou-se diminuição dos mesmos. Quando se analisou os valores acumulados, foi possível perceber que os custos externos foram os mais evidenciados pelas empresas, pois das cinco analisadas, apenas uma apresentou maior valor investido nos custos internos. Isso demonstra que as empresas estão mais interessadas em investir em ações sociais voltadas para a comunidade local e para a sociedade, do que investir em ações sociais direcionadas para os seus colaboradores.

Palavras-chave: *Índice de Sustentabilidade Empresarial. Custos sociais. Evidenciação dos custos.*

Área temática: *Abordagens contemporâneas de custos*

Evidenciação dos custos das ações sociais das empresas listadas na carteira do ISE

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar se as empresas que se declaram socialmente responsáveis divulgam as informações dos custos sociais e se há uma segregação desses custos em internos e externos pois, Carroll (1991) afirma que, as ações sociais podem ser classificadas de acordo com o foco a quem elas se destinam, podendo ser interna, externa ou cidadã. A metodologia adotada foi a análise de conteúdo dos relatórios das companhias. A amostra compreende as empresas de capital aberto que fizeram parte da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) desde 2005 até 2013. Pode-se verificar que, no geral, as empresas estão divulgando os custos relativos as ações sociais realizadas, porém não de maneira uniforme. Das dez empresas, foi possível identificar que apenas cinco apresentaram de forma segregada os custos sociais em internos e externos durante todo o período da análise. Quanto ao comportamento dos custos sociais internos, se apresentam em crescimento e com pouca oscilação dos valores. Enquanto que, os valores dos custos externos apresentaram muitas oscilações, e de 2012 para 2013 observou-se diminuição dos mesmos. Quando se analisou os valores acumulados, foi possível perceber que os custos externos foram os mais evidenciados pelas empresas, pois das cinco analisadas, apenas uma apresentou maior valor investido nos custos internos. Isso demonstra que as empresas estão mais interessadas em investir em ações sociais voltadas para a comunidade local e para a sociedade, do que investir em ações sociais direcionadas para os seus colaboradores.

Palavras-chave: Índice de Sustentabilidade Empresarial. Custos sociais. Evidenciação dos custos.

Área Temática: Abordagens contemporâneas de custos

1 INTRODUÇÃO

A nova ética empresarial planetária, tem dado ênfase à necessidade de adoção de condutas social e ambientalmente sustentáveis, segundo Araujo e Ramos (2013), e tem requerido a evidenciação das ações a elas relacionadas, de modo a permitir aos *stackholders* a compreensão da dimensão destas, bem como avaliação dos impactos recíprocos. Nesse sentido, um número crescente de empresas começou a divulgar informações relacionadas a questões sociais, tais como proteção dos direitos humanos, preservação do meio ambiente, melhoria do bem estar dos funcionários e contribuições para a comunidade e para a sociedade (DHALIWAL *et al*, 2014).

Os custos sociais são gerados, principalmente, pelo próprio processo de exploração da natureza e tem feito parte das discussões desde épocas remotas, por estudiosos das questões que afetam o desenvolvimento socioeconômico, conforme Bürgenmeier (2005, APUD ARAUJO E RAMOS, 2013). Nesse sentido, é relevante enfatizar que, empresas que se destacarem e se preocuparem com o social, tenderão a colher benefícios financeiros de forma global, utilizando a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) de maneira estratégica.

De acordo com Carrol (1991) as ações sociais tanto podem ser direcionadas para o ambiente interno quanto externo, e considera-se relevante que os custos dessas ações sociais estejam evidenciados de forma que permita a percepção do foco dos gastos realizados. Assim, a questão que orienta a presente pesquisa é: qual o foco dos custos incorridos com as ações sociais?

A fim de responder a este problema, tem-se o objetivo de analisar como as empresas que se declaram socialmente responsáveis divulgam as informações dos custos sociais. Nesse sentido, os objetivos específicos são: evidenciar se há segregação entre custos sociais em internos e externos e investigar se as empresas investem mais em custos internos ou externos.

Dessa forma, espera-se contribuir para a discussão acadêmica sobre o tema, considerando a carência de pesquisas brasileiras sobre os custos sociais privados, além de incentivar estudos sobre a relação entre gastos sociais das empresas, segregação de custos sociais e Responsabilidade Social Corporativa. Assim, tais informações poderão ser utilizadas para orientar pesquisadores, estudantes bem como os *stakeholders*, no sentido de fornecer esclarecimentos adicionais àqueles já disponíveis nos demonstrativos financeiros.

O presente trabalho está estruturado em cinco seções. Além desta Introdução, na seção 2, apresenta-se a fundamentação teórica sobre a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), estágios da RSC, *disclosure* social e Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que darão embasamento ao desenvolvimento do estudo; na seção 3, é abordada a metodologia da pesquisa; na seção 4, discute-se os resultados obtidos; e por fim, na seção 5, apresenta-se as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

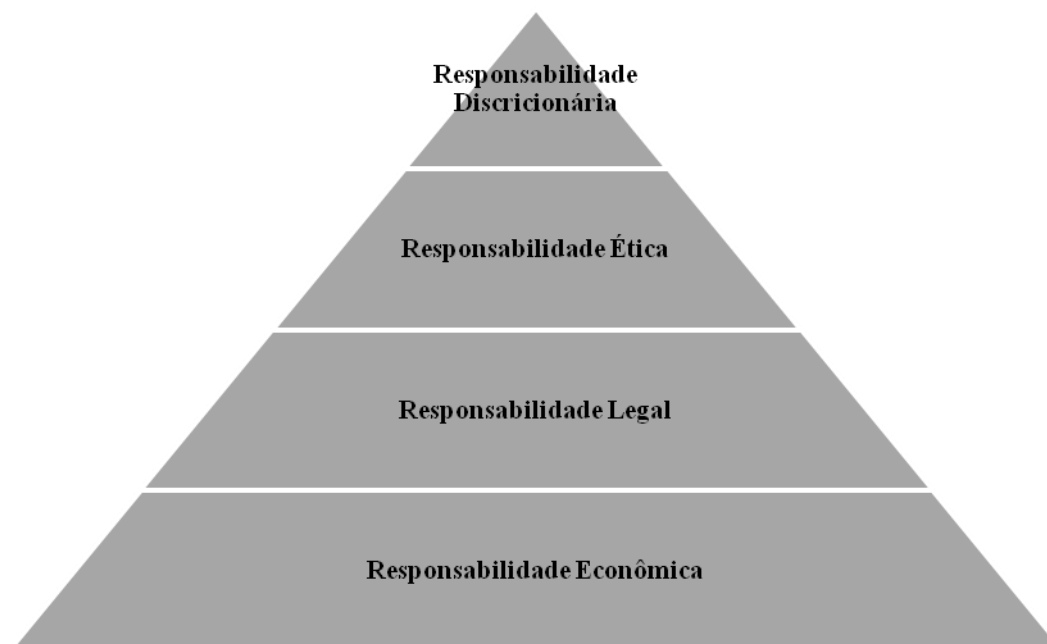
O crescimento e as mudanças ocorridas no cenário econômico e social, o surgimento de novas técnicas de trabalho, a maior preocupação com o ambiente de produção e a forma de utilização dos recursos naturais, foram o ponto de partida para o despertar do que seria a Responsabilidade Social. De acordo com Silva, Silva e Falk (2013, p.125), este termo surgiu em um manifesto manuscrito por 120 industriais ingleses.

A Responsabilidade Social de uma organização, que também é denominada de Responsabilidade Social Corporativa, resume-se na decisão da empresa participar de forma mais direta nas ações comunitárias da região em que está presente e no esforço de diminuir os impactos de possíveis danos ambientais que venham a ocorrer devido ao tipo de atividade que desempenha (TENÓRIO, 2006).

Milani Filho (2008) corrobora e acrescenta que as práticas de Responsabilidade Social mantêm relação com os conceitos de sustentabilidade e governança corporativa. Sustentabilidade no sentido de cuidar e preservar aquilo que servirá para as gerações futuras, nos âmbitos econômico, social e ambiental e governança corporativa no sentido de relação entre os *stakeholders*. Nesse sentido, a RSC envolve ações que dizem respeito a toda sociedade em que a organização está inserida as quais, segundo Milani Filho (2008), também se inserem no contexto estratégico, de rentabilidade e valor de mercado da organização.

Silva, Silva e Falk (2013) enfatizam que a Responsabilidade Social é, para algumas pessoas, representada pela ideia de uma obrigação legal, como uma forma de cumprir a lei, enquanto para outras é considerada como um comportamento responsável no sentido ético e social. Assim, de acordo com esses autores, pode-se verificar que há duas visões da responsabilidade social, uma legalística e outra não legalística.

Sendo assim, há autores que afirmam a existência de vários tipos de Responsabilidade Social Corporativa, a exemplo de Archie Carroll. Para esse autor, a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) só é completa se envolver toda a gama de responsabilidades de uma empresa, por isso, criou um modelo piramidal, onde a RSC é subdividida em quatro categorias: econômica, legal, ética e discricionária (CARROLL, 1991).



Fonte: Adaptado de Archie Carroll (1991)

Figura 1 – Responsabilidade Social Total

Carroll (1991) enfatiza que cada categoria deve ser estudada de forma aprofundada e esclarece que quanto a Responsabilidade Econômica, inicialmente as organizações foram criadas para produzir bens e serviços para os membros da sociedade, como uma unidade econômica básica. Posteriormente a ideia de geração de lucro tomou proporções maiores, a fim de atingir o maior lucro possível. Lourenço e Schroder (2003) acrescentam que a Responsabilidade Econômica está na base da pirâmide por ser o tipo de responsabilidade social mais relevante, uma vez que o lucro é o principal motivo pelo qual as empresas existem.

Após a Responsabilidade Econômica, em direção ao topo da pirâmide, tem-se a Responsabilidade Legal, onde a responsabilidade social é o cumprimento às leis internas e externas à empresa, como Lourenço e Schroder (2003) explicam, ao dizer que o esperado das empresas é que elas atinjam as metas estabelecidas pela estrutura legal da empresa e atendam as exigências municipal, estadual e federal. Na visão de Carroll (1991), as empresas devem seguir as leis como se fossem as regras de um jogo, segundo as quais devem operar.

Com relação a Responsabilidade Ética, Cerjan-Letica (2010) enfatiza que a esse nível a empresa é convidada a seguir a ética. Nesse sentido, Carroll (1991) concorda, ao ratificar que é importante reconhecer e respeitar as novas normas morais e éticas adotadas pela sociedade, devido a sua evolução.

E, finalmente, no topo da pirâmide está a Responsabilidade Discricionária ou Filantrópica, onde Cerjan-Letica (2010) explica que a obrigação da empresa é contribuir para o benefício das pessoas e da comunidade em que atua, com doações e um bom trabalho. Carroll (1991) ainda destaca que a Responsabilidade Filantrópica abrange as ações corporativas que são realizadas em resposta à sociedade, pela expectativa de que as empresas são bons cidadãos corporativos. Lembrando que é importante a participação voluntária dos gestores e dos colaboradores nas atividades de caridade dentro da comunidade, como as contribuições para a educação e as artes (CARROLL, 1991).

2.2 Estágios da Responsabilidade Social Corporativa

O conjunto de ações sociais da organização compreende todos os interessados, desde o público interno à toda sociedade. Milani Filho (2008) enfatiza que as práticas de

Responsabilidade Social direcionam-se aos públicos interno e externo da organização, buscando atender aos interesses e expectativas dos diferentes *stakeholders*.

Alguns consideram a Responsabilidade Social Corporativa como um processo, a exemplo de Melo Neto e Froes (2004, p. 79) quando a define como “um processo dinâmico a ser conduzido com vigilância permanente, de forma inovadora e dotado de mecanismos renovadores e de sustentabilidade”.

Neste processo de RSC, a gestão das ações sociais estará alocada em etapas e cada uma é caracterizada pelo alvo da ação social, como enfatiza Silva, Bazoli e Souza (2006).

Assim, a primeira etapa ou estágio, abrange a gestão das ações direcionadas ao público interno, como os funcionários, sendo chamada de Gestão da Responsabilidade Social Interna. De acordo com Melo Neto e Froes (2004) há empresas que ampliam este foco, concedendo também benefícios diretos e indiretos aos familiares dos funcionários.

No segundo estágio, que é denominado de gestão da responsabilidade social externa, o foco das ações é ampliado e atinge as necessidades sociais, econômicas, culturais e políticas da comunidade local (SILVA; BAZOLI; SOUZA, 2006).

E, no terceiro estágio, tem-se a gestão da responsabilidade social cidadã, em que a empresa alcança o desenvolvimento social local e regional, o que beneficia a população que não é influenciada diretamente pelas atividades da empresa (SILVA; BAZOLI; SOUZA, 2006). Melo Neto e Froes (2004) ratifica ao enfatizar que nesse estágio, a empresa abrange as questões de bem-estar social.

A Figura 2 mostra como os três estágios da Responsabilidade Social Corporativa estão organizados dentro no tempo.

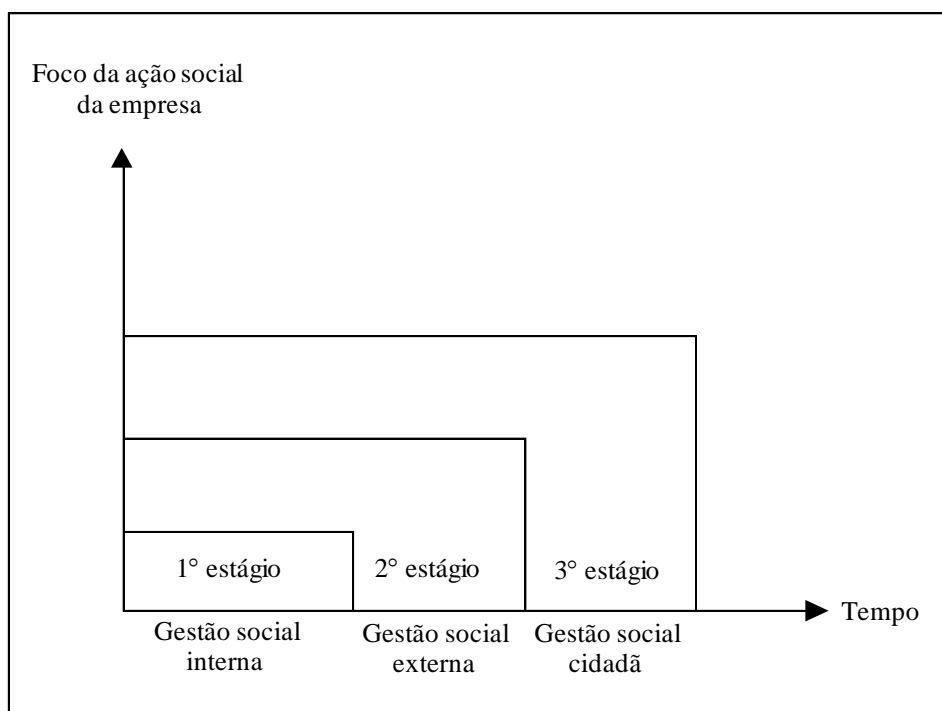


Figura 2 – Estágios da responsabilidade social corporativa
Fonte: Melo Neto e Froes (2004)

Percebe-se, pela Figura 2, as etapas da gestão social, em que o primeiro estágio engloba a Gestão social interna, que abrange os indivíduos internos à organização, logo após tem-se a Gestão social externa que alcança também a comunidade local e, por fim, a Gestão social cidadã que é o foco mais amplo, atingindo a sociedade como um todo.

2.3 Disclosure social

O papel da contabilidade, diante do contexto da Responsabilidade Social Corporativa, é evidenciar as informações sobre os fatos internos ou externos, que possam afetar o meio ambiente e o patrimônio das empresas (MONTEIRO; FERREIRA, 2007). Assim, as empresas que a praticam, devem evidenciar para toda a sociedade o que está sendo realizado em prol da mesma.

Silva e Pires (2013) concordam que é fundamental para as empresas esta evidenciação das informações relativas ao desempenho econômico-financeiro, social e ambiental, como forma de demonstrar a sua preocupação com a melhoria do bem-estar da comunidade em geral, através do desenvolvimento de suas atividades. Assim, o desafio da contabilidade como ciência e veículo da informação é o *Disclosure* social, visto que há diversos modelos com critérios de quantificação e mensuração para as questões socioambientais (SOUZA; COSTA, 2012).

As empresas voluntariamente têm utilizado diversos recursos para demonstrar seu compromisso com a sociedade e a responsabilidade social, como diz Monteiro e Ferreira (2007) ao exemplificar a divulgação de campanhas de marketing e criação de departamentos para gerenciar as ações sociais. Outro exemplo de *disclosure* é citado por Figueiredo, Abreu e Casas (2009), como a obtenção de prêmios e selos de certificação concedidos por governos, instituições não-governamentais, além da publicação de revistas do setor empresarial. E, principalmente, a divulgação de Balanço Social (BS), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e relatórios anuais e de sustentabilidade (SOUZA; COSTA, 2012; TODESCHINI; MELO, 2013; SILVA; PIRES, 2013).

O BS é o instrumento mais comumente utilizado, cujo objetivo é identificar e evidenciar as informações econômicas, ambientais e sociais do desempenho das entidades aos mais diversos usuários (CERETTA *et al.*, 2009; SOUZA; COSTA, 2012). No Brasil, os modelos de BS mais utilizados pelas empresas são os modelos do: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), *Global Reporting Initiative* (GRI) e do Instituto Ethos (CERETTA *et al.*, 2009; PERES; GOMES, 2014).

A DVA evidencia a riqueza criada pelas organizações, através das vendas ou prestações de serviços, e a distribuição para a sociedade (empregados, governo, acionistas e financiadores).

Os relatórios anuais e de sustentabilidade tem o objetivo de apresentar os resultados e as metas das empresas, as quais são avaliadas seguindo critérios ambientais, sociais e econômicos em diversos níveis de políticas de governança corporativa, valores, visão de futuro, avaliação de desempenho e desafios propostos (TODESCHINI; MELO, 2013).

Além disso, Milani Filho (2008) acrescenta que as empresas podem se utilizar de outros instrumentos de evidenciação e certificação para reduzir a assimetria informacional entre a organização e seus *stakeholders*, como por exemplo: NBR 16001 (Associação Brasileira de Normas Técnicas), GRI Sustainability Report (Global Reporting Initiative), SA 8000 (Social Accountability Institute), AA 1000 (Institute of Social and Ethical Accountability), Indicadores de Responsabilidade Social (Instituto Ethos).

Desse modo, infere-se que a evidenciação de informações de cunho socioambiental confirma tanto os objetivos e princípios da contabilidade, como também os princípios de responsabilidade social corporativa, respeitando a ética na condução dos negócios, a transparência no relacionamento com os *stakeholders* e o compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável (SOUZA; COSTA, 2012).

2.4 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) como indicador da Responsabilidade Social Corporativa

A sustentabilidade empresarial vem se destacando como uma das estratégias corporativas, e por meio dela as empresas buscam refletir sobre as questões socioambientais, a fim de se tornarem mais competitivas e buscarem uma posição mais vantajosa em longo prazo.

Pensando em destacar de forma diferenciada essas empresas, em 2005 foi criado o ISE pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), em parceria com outras instituições, como a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP); Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC); Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC); *International Finance Corporation* (IFC); e o Instituto Ethos e o Ministério do Meio Ambiente (MACHADO *et al* 2012).

De acordo com o International Finance Corporation (IFC),

as empresas que têm sido membro do índice (por algum tempo ou desde o seu início) relatam benefícios valiosos, como a melhoria das práticas de sustentabilidade, a melhor reputação e, em certa medida, o impacto positivo em seu preço das ações, acesso a capital e liquidez do mercado financeiro.

Para Marcondes e Bacarji (2010), o planejamento do ISE foi o primeiro passo para a criação de um índice capaz de computar preceitos éticos, sociais e ambientais. O cálculo deste índice considera que as empresas sustentáveis que possuem investimentos sociais, geram valor para o acionista a longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais (ANDRADE *et al.*, 2013). Estes investimentos sociais são aqueles que buscam atingir o bem estar dos funcionários e da própria comunidade, contribuindo para a evolução da sociedade de maneira geral.

Nesse contexto do tripé - econômico, social e ambiental – o ISE evidencia o desempenho da empresa mensurado pela sua performance social e ambiental, e não tão somente pelo lucro destacado na Demonstração de Resultado do Exercício. Esse conceito ficou conhecido como *Triple Bottom Line* (TBL), no qual como abordado por Norman e MacDonald (2004), tem o objetivo de medir as linhas sociais da empresa a fim de possibilitar o julgamento pelos acionistas do quanto estão cumprindo e como está sendo o seu impacto social, a fim de buscar a maximização desse conceito.

A metodologia do ISE se dá por meio da aplicação de um questionário elaborado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas. Esse questionário é enviado às 200 empresas com as ações mais líquidas da BM&FBOVESPA, que em seguida são classificadas de acordo com critérios estabelecidos, ficando a cargo da BM&FBOVESPA, calcular e divulgar o índice em tempo real (TODESCHINI; MELLO, 2013). Todos os anos a carteira do ISE se renova e algumas empresas são incluídas e outras são excluídas.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da Pesquisa

Quanto aos fins, esta pesquisa pode ser classificada como exploratória, pois busca aprofundar os conhecimentos sobre a evidenciação dos custos sociais das companhias, que fornecem informações sobre os recursos que estão sendo destinados as ações sociais, voltadas diretamente para os colaboradores internos e à sociedade de maneira geral, os quais fazem parte do ambiente alvo dessas ações. Como enfatiza Silva, Silva e Falk (2013), ao descrever que quando se faz uma pesquisa a respeito de um tema pouco discutido na literatura, a exemplo da Responsabilidade Social Corporativa, essa pode ser caracterizada como exploratória. Também é classificada como descritiva, pois como explica Castro (1977), esse

tipo de pesquisa se limita a uma descrição pura e simples de cada uma das variáveis, sem que sua associação ou interação com as demais seja examinada.

Quanto aos meios, classifica-se como bibliográfica, pois se utiliza de embasamentos teóricos retirados a partir de análises de artigos sobre o tema em questão (SILVA; SILVA; FALK, 2013). Uma vez que para este estudo foram consultados livros, revistas, artigos e dissertações a fim de oferecer embasamento.

3.2 Amostra e coleta de dados

O objetivo desta pesquisa é analisar se as empresas que se declaram socialmente responsáveis divulgam as informações de seus custos sociais e se fazem a segregação entre os custos internos e externos. Para isso, foram elencadas todas as empresas participantes da carteira do ISE, desde o ano de 2005, ano de surgimento desse índice, até o ano de 2013, compreendendo um período de 9 anos.

De acordo com Milani Filho (2008) todas as empresas componentes do Índice de Sustentabilidade Empresarial declaram que promovem ações relacionadas à Responsabilidade Social, assim, utiliza-se esse parâmetro como forma de classificar a empresa como socialmente responsável.

Logo após, foram filtradas todas as empresas que estiveram presentes em todos os anos da carteira do ISE (2005 a 2013). Assim, foram levantadas 10 empresas, formando a amostra da pesquisa. São elas: Banco do Brasil S/A, Banco Bradesco S.A, Braskem S.A, Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais S.A, CPFL Energia S.A, Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A, Itaú Unibanco Holding S.A, Natura Cosméticos S.A, Suzano Papel e Celulose S.A e, por fim, a Tractebel Energia S.A.

Dessas empresas, foram coletados e tabulados todos os valores, evidenciados de forma segregada, referentes aos custos sociais internos e externos, os quais serão demonstrados e analisados na seção seguinte.

Com relação ao tratamento dos dados, foi realizada a análise de conteúdo, que consiste na interpretação das informações coletadas a fim de obter os resultados. De acordo com Rocha e Deusdará (2005), quando se utiliza a análise de conteúdo, pretende-se alcançar uma significação profunda, um sentido estável conferido pelos autores no próprio ato de produção do texto.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As empresas que se declaram socialmente responsáveis, no geral apresentaram alguns relatórios que contêm informações sustentáveis, tais como: relatórios sustentáveis, balanço social, demonstrações contábeis e relatórios anuais. Eles evidenciam as premissas básicas das ações sociais realizadas com seus funcionários e com a sociedade de maneira geral, bem como os programas realizados, as metas estabelecidas e os resultados alcançados.

No estudo de Milani Filho (2008), ficou constatado que das 34 empresas participantes do ISE em 2005, apenas 4 não divulgaram informações financeiras sobre ações sociais, o que gerou dúvidas a respeito da existência ou da dimensão dos investimentos à comunidade.

Enquanto isso, no presente estudo foram selecionadas 10 empresas participantes da carteira do ISE desde 2005 até 2013 e verificou-se que dessas empresas, a Bradesco divulgou relatórios que evidenciavam as ações sociais, porém seus custos sociais não estavam evidenciados de forma segregada, o que pode ter sido ocasionado pela mudança da base de divulgação de tais relatórios. E a empresa Suzano Papel não divulgou relatório algum sobre as ações sociais, o que pode ser justificado pelo fato dessas demonstrações sociais não serem obrigatórias, permitindo a discricionariedade por parte das empresas, na forma e no período de divulgação.

Ao analisar os dados, foi percebido que as empresas: Banco do Brasil, Cemig, CPFL energia, Eletropaulo e Tractebel, evidenciaram os seus custos sociais segregados em internos e externos durante todo o período da análise, 2005 a 2013.

Já as empresas: Bradesco, Brasken, ITAU, Suzano papel e Natura não apresentaram essa segregação durante todo o período da análise, sendo que esta última, não apresentou em ano algum a separação entre tais custos. Assim, é possível afirmar que apresentaram relatórios com informações e custos sociais, porém, não da forma investigada por esta pesquisa, inviabilizando a análise.

O Quadro 1 demonstrado a seguir, evidencia os montantes dos recursos despendidos pelas empresas em função dos custos sociais internos, onde as empresas aplicam recursos em ações sociais com o foco no beneficiamento dos seus funcionários e dependendo da empresa, amplia esse foco, concedendo também benefícios diretos e indiretos aos familiares dos colaboradores (MELO NETO; FROES, 2004).

Custos Sociais Internos (R\$)					
Empresas	Banco do Brasil	Cemig	CPFL energia	Eletropaulo	Tractebel
2005	3.689.499	730.342	172.631	904.276	80.000
2006	3.857.909	753.774	206.858	915.290	80.000
2007	3.830.250	978.737	229.896	304.544	77.213
2008	4.605.584	1.041.833	263.574	236.010	89.337
2009	6.726.543	792.827	276.435	395.694	112.971
2010	7.466.159	930.791	306.698	403.944	120.106
2011	7.824.498	735.546	315.675	387.181	146.157
2012	9.741.018	767.137	362.181	489.689	155.321
2013	9.841.264	774.617	362.723	646.688	166.204

Quadro 1 – Custos Sociais Internos por empresa – 2005 a 2013

Faz-se necessário a apresentação dos valores absolutos dos custos sociais para uma melhor compreensão dos gráficos que apresentam a evolução desses custos.

O Gráfico 1, mostra a evolução dos Custos Sociais Internos das 5 empresas que evidenciaram de forma segregada esses custos durante todo o período da análise, de 2005 a 2013, permitindo a percepção de crescimento ou não dos recursos utilizados nessas ações sociais.

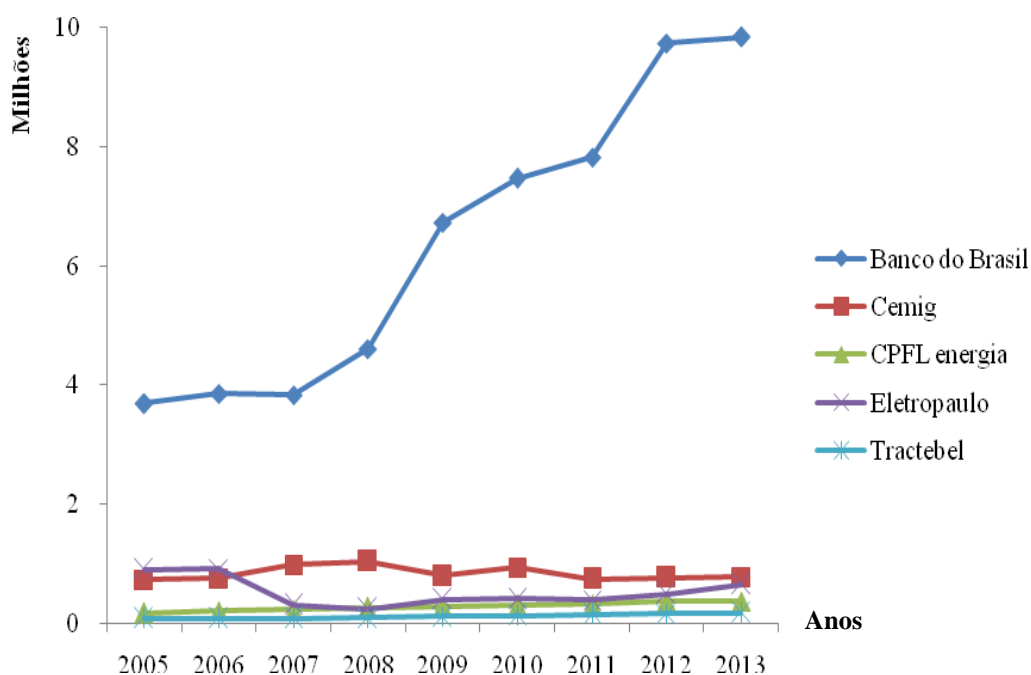


Gráfico 1 – Custos Sociais Internos

Analisando em conjunto o Quadro 1 e o Gráfico 1, é possível observar que a empresa Banco do Brasil se destacou por apresentar maior crescimento dos recursos investidos em ações sociais internas, que beneficiam seus colaboradores e pessoas indiretamente ligadas à companhia, chegando a quase 10 milhões de reais no ano de 2013. A empresa Eletropaulo também merece comentários, pois nos dois primeiros anos, investiu mais de 900 mil reais em cada ano, porém, no ano de 2007, houve uma queda nesse valor, sendo retomado o crescimento de forma gradativa durante os anos seguintes.

Além dessas, a Tractebel se destaca, pois apresentou pequenas oscilações nos valores investidos nos custos sociais internos, onde, conforme o Quadro 1, o valor mínimo enxertado nesses custos foi R\$ 77.213,00 no ano de 2007 e o máximo foi de R\$ 166.204,00 no último ano.

As demais empresas, Cemig e CPFL energia, apresentam indicadores mais regulares durante o período analisado.

Com relação aos custos sociais externos das empresas, o Quadro 2, apresentado abaixo, traz esses valores. Tais custos externos fazem referência tanto a gestão social externa como também a gestão social cidadã, uma vez que, nesses relatórios as empresas não seguem a mesma divisão de Carroll (1991) segregando os recursos destinados à comunidade local e a sociedade como um todo. Assim, nesta análise, ao referir-se aos custos externos, leva-se em consideração àqueles direcionados a comunidade local e a sociedade como um todo.

Custos Sociais Externos (R\$)					
Empresas	Banco do Brasil	Cemig	CPFL energia	Eletropaulo	Tractebel
2005	4.537.693	5.230.370	3.854.038	2.654.029	525.000
2006	3.229.047	5.694.442	4.586.982	3.009.859	601.000
2007	4.186.592	5.471.621	5.026.422	3.313.411	785.074

2008	5.038.926	6.755.353	4.615.862	3.317.596	901.730
2009	188.303	6.974.322	4.676.291	3.714.568	850.104
2010	223.842	7.084.782	5.291.070	3.980.953	998.453
2011	2.498.308	8.496.352	6.096.860	35.808	1.090.190
2012	2.329.729	8.760.813	6.179.949	3.696.823	1.163.472
2013	3.245.088	5.707.429	4.314.896	2.488.259	1.179.953

Quadro 2 – Custos Sociais Externos por empresa – 2005 a 2013

Abaixo segue o Gráfico 2, que apresenta a evolução dos custos externos dessas empresas. É possível perceber que, com relação aos investimentos externos, houve diversas oscilações durante o período em análise.

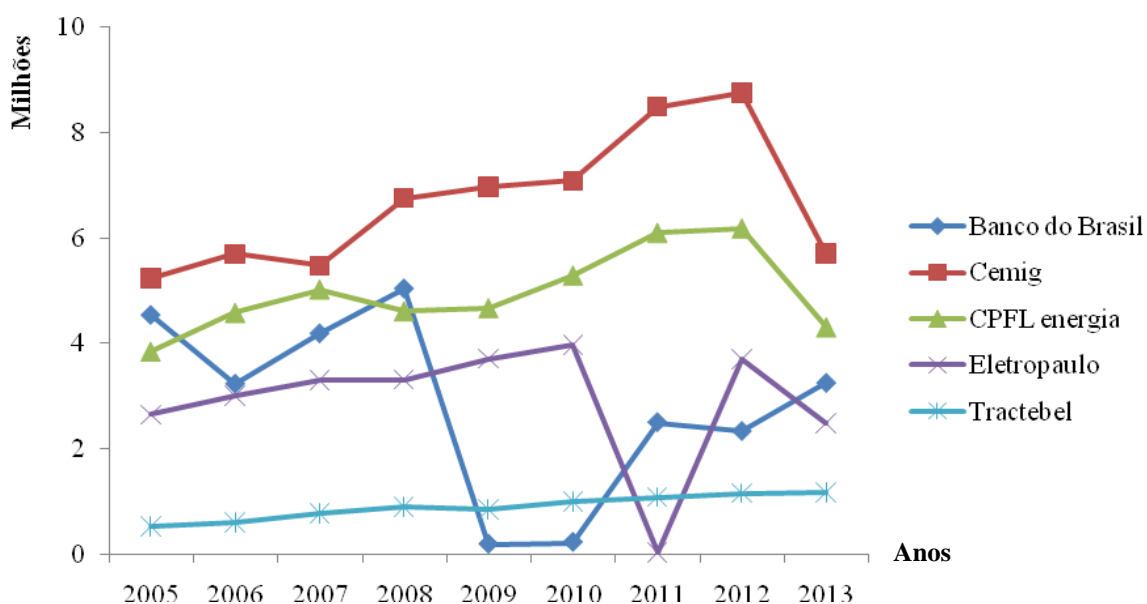


Gráfico 2 – Investimentos Sociais Externos

A maior delas está presente na empresa Banco do Brasil, que de acordo com o Quadro 2 investiu mais de 5 milhões no ano de 2008 e, logo em seguida no ano de 2009 o valor caiu para R\$ 188.303,00, sendo que logo após esse ano foi aumentando seus investimentos novamente.

A Tractebel foi a que apresentou menos oscilações quanto aos valores investidos, mantendo-se em linearidade ao longo do período. Porém, essa empresa e o Banco do Brasil, foram as únicas empresas que apresentaram crescimento do valor investido no ano de 2013, em relação ao ano de 2012, pois todas as outras empresas apresentaram decréscimo desses valores no período.

O Gráfico 3 e o Quadro 3, apresentados a seguir, fazem a comparação dos valores acumulados, de 2005 a 2013, dos custos sociais internos e externos das 5 empresas analisadas. No Gráfico 3, fica mais perceptível que essas empresas investem mais em ações sociais externas, com exceção do Banco do Brasil.

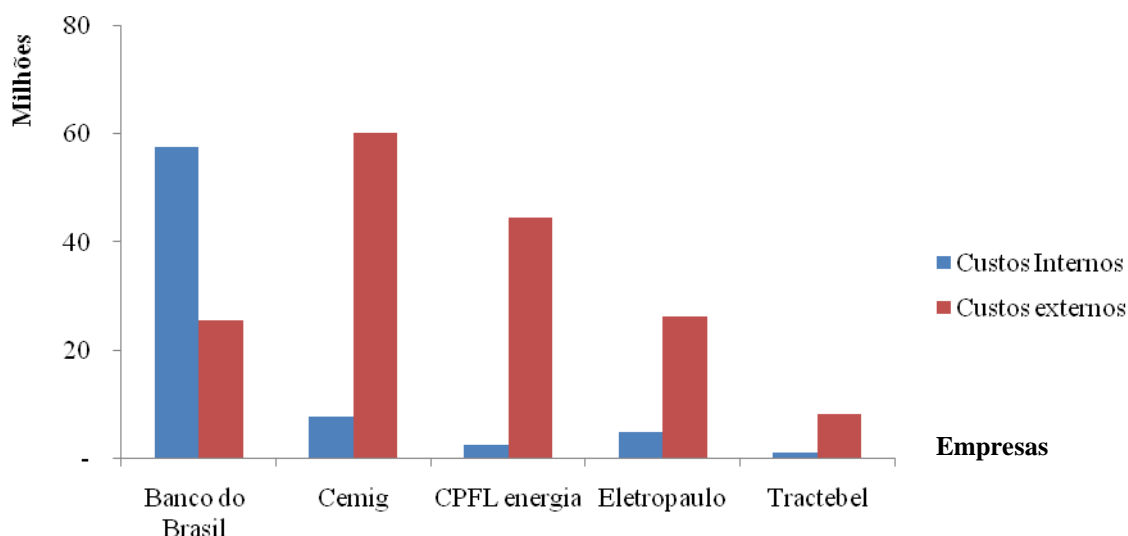


Gráfico 3 – Comparação dos Custos Sociais Internos e Externos Acumulados dos anos de 2005 a 2013

Um dos motivos que pode justificar esse comportamento de maior investimento em custos externos é a própria estratégia empresarial, pois ações sociais externas atingem diretamente à sociedade de uma maneira geral, e isso pode acarretar em uma imagem mais positiva para a empresa perante seus acionistas e investidores. Se assim for, a empresa Banco do Brasil, demonstra estar mais preocupada em atender melhor seu público interno, ou seja, seus colaboradores e pessoas ligadas a eles, uma vez que apresenta maior volume de recursos investidos em ações sociais internas.

Abaixo, o Quadro 3 mostra o percentual dos custos internos e externos em relação aos custos totais das ações sociais. Assim, é possível ver claramente que o Banco do Brasil é a única empresa, que despense mais recursos para os custos internos.

Empresa	Custo Social	Custos	Custos
	Total (R\$)	Internos (%)	Externos (%)
Banco do Brasil	83.060.252,14	69%	31%
Cemig	67.681.088,00	11%	89%
CPFL energia	47.139.041,00	5%	95%
Eletropaulo	30.894.622,00	15%	85%
Tractebel	9.122.285,00	11%	89%

Quadro 3 – Percentual dos Custos com Ações Sociais

Além do Banco do Brasil, outra empresa que prende a atenção é a CPFL energia, que apresenta 95% dos seus recursos sociais investidos em custos externos, ou seja, quase a totalidade dos recursos sociais dispendidos em fins sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar se as empresas que se declaram socialmente responsáveis divulgam as informações dos custos sociais e se há uma segregação desses custos em internos e externos. Foi possível verificar que no geral, as empresas evidenciam os seus custos com ações sociais, sendo que, das 10 empresas que fazem parte da amostra, as

empresas Bradesco, Brasken, ITAU, Suzano papel e Natura não evidenciaram seus custos sociais segregados em internos e externos durante todo o período em análise, sendo assim excluídas da análise. A empresa Natura, diferente de todas, não divulgou em nenhum dos anos os custos de forma segregada, apresentando-os por programas e eventos realizados.

As outras empresas da amostra, Banco do Brasil, Cemig, CPFL energia, Eletropaulo e Tractebel, apresentaram durante todos os anos do período, 2005 a 2013 a evidenciação dos custos sociais e a segregação dos mesmos em internos e externos.

No geral, os recursos aplicados em ações sociais internas estão crescendo, mesmo que em pequenas proporções, apresentando crescimento linear ou constante durante os períodos analisados. Com relação aos custos externos, percebe-se que não há uma tendência, pois os gráficos apontam grandes oscilações no decorrer do período analisado e, além disso, a maior parte das empresas apresentou decréscimo nos recursos despendidos para ações sociais externas entre o ano de 2012 e 2013.

Foi possível observar que os recursos acumulados de 2005 a 2013, foram alocados a comunidade local e a sociedade, ou seja, os custos sociais que fazem parte da gestão social externa e cidadã são maiores que os investimentos feitos em benefício dos colaboradores da empresa. Não se pode falar que essa constatação seja “ruim”, pois está diretamente ligada a sociedade. Somente uma empresa, Banco do Brasil apresentou o acumulado dos custos sociais internos maior que o dos custos sociais externos.

Para pesquisas posteriores, sugere-se aumentar a amostra, de forma que permita a comparação entre os custos de ações sociais das empresas que estão presentes no ISE em determinado ano e aquelas que não estão listadas no ISE. Outra possibilidade de pesquisa seria verificar analiticamente a evolução das rubricas que compõem os indicadores sociais internos e externos, como por exemplo, os investimentos feitos em: educação, cultura, esporte, lazer, creches. Recomenda-se, ainda, verificar se o fato das empresas investirem mais em ações sociais externas influencia no desempenho financeiro delas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. P.; BRESSAN, A. A.; IQUIAPAZA, R. A.; MOREIRA, B. C. de M. Determinantes de adesão ao Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA e sua relação com o valor da empresa. **Revista Brasileira de Finanças**, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Finanças, v. 11, n. 2, abr./jun., p. 181-213. 2013.

ARAÚJO, A. O.; RAMOS, M. da C. P. Desafios de Evidenciação dos Gastos de Ações Sustentáveis: Caso Vale Do Rio Doce, Brasil. XIII Congresso Internacionail de Custos. **Anais**. Porto, 2013.

BACARJI, C. D.; MARCONDES, A. W. ISE: sustentabilidade no mercado de capitais. 1. ed. São Paulo: Report Ed., 2010.

CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. **Business Horizons**, jul./ago. 1991.

CASTRO, Cláudio de Moura. *A prática da pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CERETTA, P. S.; BARBA, F. G.; CASARIN, F.; KRUEL, M.; MILANI, B. Desempenho financeiro e a questão dos investimentos sócios-ambientais. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 3, n. 3, set./dez. 2009.

CERJAN-LETICA, G. Piramida profesionalne i poslovne odgovornosti u hrvatskoj stomatologiji. **Acta Stomatologica Croatica**, v. 44, n. 2, p. 101-109. 2010.

DHALIWAL, D., *et al.* Corporate social responsibility disclosure and the cost of equity capital: The roles of stakeholder orientation and financial transparency. **Journal of Accounting and Public Policy**. Abr. 2014.

FIGUEIREDO, G. N.; ABREU, R. L.; CASAS, A. L. L. Reflexos do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) na imagem das empresas: uma análise do consumidor consciente e do marketing ambiental. **Revista Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2009.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION. Índice de Sustentabilidade Empresarial BM&FBovespa & as Práticas Responsáveis de Empresas Brasileiras: breve resumo. Disponível em: http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/ebab9f0048865936b882fa6a6515bb18/fly_BovespaBrief_Portuguese.pdf?MOD=AJPERES. Acesso em: 25 mai. 2014.

LOURENÇO, A. G.; SCHRODER, D. S.; Vale investir em responsabilidade social empresarial? *stakeholders*, ganhos e perdas. In: **Responsabilidade Social nas Empresas: a contribuição das universidades**, v. 2. Petrópolis: Instituto Ethos. 2003.

MACDONALD, C.; NORMAN, W. *Getting to the Bottom of "Triple Bottom Line"*. **Business Ethics Quarterly** 14(2) (April): 243-62. 2004

MACHADO, M. A. V.; MACEDO, M. Á. da S.; MACHADO, M. R.; SIQUEIRA, J. R. M. de. Análise da relação entre investimentos socioambientais e a inclusão de empresas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 14, n. 32, p. 141-156. 2012.

MELO NETO, F. P. de; FROES, C. **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

MILANI FILHO, M. A. F. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 19, n. 47, mai./ago. 2008.

MONTEIRO, P. R. A.; FERREIRA, A. C. S. A evidenciação da informação ambiental nos relatórios contábeis: um estudo comparativo com o modelo do ISAR/UNCTAD. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./abr. 2007.

PERES, K. G.; GOMES, G. S. Balanço social: análise das publicações em periódicos nacionais. In: **Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade**, 5, 2014, Florianópolis.

ROCHA, D; DEUSDARÁ, B. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **ALEA**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 305-322, jul./dez. 2005.

SILVA, C. L. da; SILVA, A. P. F. da; FALK, J. A. As práticas de responsabilidade social empresarial relatadas nos artigos científicos dos eventos da ANPAD no período de 2002-2012. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, Sousa, v. 3, n. 2, p. 124-143, mai/ago, 2013.

SILVA, D. G. F.; BAZOLI, T. N.; SOUZA, M. F. de. Responsabilidade social e sustentabilidade. *In: Seminário Sobre Sustentabilidade*, v. 1. Curitiba: UniFAE Centro Universitário. 2006.

SILVA, P. Y. C.; PIRES, J. S. D. B. Análise da produção científica brasileira em contabilidade voltada para o segmento de gestão social e ambiental. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 5, n. 1, jan/jun. 2013.

SOUZA, J. A.; COSTA, T. M. T. Responsabilidade social empresarial e desenvolvimento sustentável: conceitos, práticas e desafios para a contabilidade. **Revista Organizações em Contexto**, São Bernardo do Campo, v. 8, n. 15, jan./jun. 2012.

TENÓRIO, F. G. **Responsabilidade Social Empresarial: teoria e prática**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TODESCHINI, Caroline; MELLO, Gilmar Ribeiro de. Rentabilidade e sustentabilidade empresarial das empresas do setor de energia. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 5, n.3, p. 33-46, set./dez. 2013.